

O protagonismo da marionete: a MINUSTAH e as políticas externas dos governos Lula, Dilma e Temer

Julia Mori Aparecido

Resumo

As políticas externas geralmente dispõem de diretrizes claras, mas os critérios para o envolvimento em operações de paz (OPs) são frequentemente nebulosos e influenciados por fatores subinstitucionais, podendo ser significativamente influenciado por disposições político-partidárias. Abordamos a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um ponto de virada na política externa brasileira. Através de uma abordagem histórico-bibliográfica, investigamos as nuances estratégicas dessa participação durante os governos Lula, Dilma e Temer, entendendo-a como ferramenta de política externa. Argumentamos que, embora tenha refletido ambições de protagonismo regional e projeção internacional, a participação brasileira na MINUSTAH mostrou-se limitada devido a objetivos mal calculados e falta de compreensão do contexto. Nossa análise revelou que a liderança brasileira na MINUSTAH ilustrou uma dinâmica de "protagonismo de marionete", evidenciando a subordinação do Brasil às dinâmicas de poder internacionais e sua incapacidade de modificar substancialmente a estrutura do sistema de segurança global.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, MINUSTAH, Dinâmicas de Poder Internacional

Abstract

Foreign policies usually have clear guidelines, but the criteria for involvement in peacekeeping operations (PKOs) are often nebulous and influenced by sub-institutional factors and can be significantly influenced by party-political arrangements. We approach Brazil's participation in the United Nations Stabilisation Mission in Haiti (MINUSTAH) as a turning point in Brazilian foreign policy. Through a historical-bibliographical approach, we investigate the strategic nuances of this participation during the Lula, Dilma and Temer governments, understanding it as a foreign policy tool. We argue that, although it reflected ambitions of regional protagonism and international projection, Brazil's participation in MINUSTAH proved to be limited due to miscalculated objectives and a lack of understanding of the context. Our analysis revealed that Brazilian leadership in MINUSTAH illustrated a dynamic of "marionette protagonism", highlighting Brazil's subordination to international power dynamics and its inability to substantially modify the structure of the global security system.

Keywords: Brazilian Foreign Policy, MINUSTAH, International Power Dynamics

Introdução

A busca pela paz internacional e a resolução de conflitos violentos ocorre em uma arena ideologicamente disputada (Blanco, 2017). Nessa arena, o Brasil assumiu o papel de protagonista na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Mas, como uma marionete cujos fios são puxados por forças invisíveis, sua atuação revelou um intrincado cenário entre aspirações de liderança e a realidade de uma subordinação estratégica.

As operações de paz (OPs) evoluíram para um instrumento abrangente de gestão de crises e de política externa (Meiske e Ruggeri, 2017). As primeiras OPs, chamadas tradicionais, foram desdobradas a partir de 1947. Essas possuíam um escopo e atividades limitadas, com foco no monitoramento de fronteiras, na criação de zonas tampão, após acordos de cessar-fogo, para facilitar a resolução de conflitos e eram amparadas pelo Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (ONU) (ver Kenkel, 2013). Em contraste, OPs multidimensionais surgiram no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 para enfrentar o aumento das guerras intraestatais, com o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) autorizando missões com mandatos mais ampliados que incluíam a proteção de civis, apoio a processos políticos, dentre outras atividades (Kenkel, 2013). A partir do século XXI, as OPs ficaram mais robustas e muitas passaram a ser amparadas pelo

Capítulo VII, viabilizando o uso da força com enfoque na proteção de civis (Meiske e Ruggeri, 2017).

A influência de fatores e mobilização políticas moldam desde a escolha inicial sobre como serão as OPs até sua implementação final (Meiske e Ruggeri, 2017; Aguilar, 2015). No caso dos Estados-membros que contribuem para as OPs, ainda que as diretrizes de sua política externa possam dispor de alguma clareza, os critérios para decidir se envolver geralmente são nebulosos, subjetivos, mal definidos e influenciados por fatores sub institucionais. Como resultado, o processo de tomada de decisão é fortemente impactado pelas personalidades e dinâmicas políticas em jogo (Campos, 2019). O comportamento de um país sobre as OPs pode ser significativamente influenciado pelo governo no poder, podendo ser marcado por disposições político-partidárias (Kenkel, 2011).

A postura tradicional da política externa brasileira sobre OPs enfatizava os princípios de não intervenção, de igualdade soberana dos Estados e de resolução pacífica de disputas. Esse entendimento da soberania como uma salvaguarda contra a intervenção de grandes potências indicou alterações desde a decisão do Brasil de liderar uma OP amparada pelo Capítulo VII, a MINUSTAH em 2004. Essa decisão, influenciada pela relação entre o partido político no poder e a esquerda latino-americana, marcou uma mudança qualitativa na política externa do país (Alsina Júnior, 2017).

Nesse artigo, tratamos as OPs como mecanismo de política externa. Há uma vasta produção acadêmica sobre a MINUSTAH e o posicionamento brasileiro no cenário internacional (ver Aguilar, 2015; Cezne e Hamann, 2016; Uziel, 2010; Rezende, 2010; Gomes, 2016). No entanto, não foram encontrados estudos que avaliavam a participação brasileira a partir dos prismas das políticas externas e posturas dos três governos que atravessaram o período: Lula, Dilma e Temer. Assim, esse estudo qualitativo se dedicou a realizar uma investigação histórico-bibliográfica apoiada em fontes primárias e secundárias para compreender as nuances estratégicas da participação brasileira como meio de projeção internacional em cada uma dessas gestões. Sendo o foco do artigo a ligação da política externa com a OP no Haiti, não incluímos outros aspectos das políticas externas desses governos. Como o espaço limitado inviabiliza um estudo exaustivo, priorizamos o processo político em detrimento do operacional e tático. Argumentamos que a participação do Brasil na MINUSTAH foi impulsionada por ambições políticas de protagonismo regional para projeção internacional. No entanto, a falta de compreensão sobre o contexto de barganha, isto é, as dinâmicas de negociação, discussões e troca entre os atores envolvidos, e objetivos mal calculados resultaram em um sucesso limitado nesse escopo. Esse aspecto, revelou na atuação do Brasil a condição de marionete que, apesar de protagonista, está subordinada a dinâmicas veladas de poder.

Para isso, este texto está organizado em duas seções. A primeira apresenta as OPs como instrumento estratégico, sua posição na política externa brasileira e a condição subordinada do Brasil no cenário internacional. A segunda trata da MINUSTAH na política externa dos governos Lula, Dilma e Temer. Por fim, concluímos.

As Operações de Paz como ferramenta de política externa

As alterações nas OPs, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, foram acompanhadas por modificações na composição dos principais países que contribuem para esses esforços. Ainda que as OPs sejam frequentemente associadas à ONU, a condução dessas operações não é exclusiva dessa organização. Os governos nacionais decidem se irão participar e alocar recursos. A contribuição de pessoal militar, policial e, em alguns casos, de civis é voluntária, permitindo que os países explorem estrategicamente seu envolvimento para promover sua segurança e objetivos de política externa (Meiske e Ruggeri, 2017). Isso revela a tendência, apontada por Nasser (2012), de que há prevalência da diplomacia frente às forças armadas (FFAA), sendo estas utilizadas para fortalecer a primeira por meio das OPs.

A seleção de mecanismos políticos varia entre os países, sendo avaliada com base em sua capacidade de alcançar os objetivos desejados. Nesse contexto,

as OPs emergem como ferramentas políticas essenciais para a consecução das políticas externas dos países envolvidos. Assim, a composição dos países que participam dessas iniciativas varia a partir do emprego estratégico de suas contribuições, refletindo as diferentes prioridades políticas de cada país (Meiske e Ruggeri, 2017). Por exemplo, durante a Guerra Fria, as potências médias ocidentais, como Austrália, Canadá, Noruega e Suécia, mantiveram uma posição de destaque nessas iniciativas, enquanto as potências maiores preferiram por distanciar-se de esforços considerados imparciais, como as OPs. As potências médias esperavam que sua participação lhes concederia um reconhecimento distinto, aprimorando sua posição no sistema internacional. Isso persistiu até o início dos anos 1990. Com o fim da Guerra Fria, os membros permanentes do CSNU, nomeadamente a França, o Reino Unido e os Estados Unidos, retornaram a contribuir com pessoal para OPs. No entanto, no século atual, países não ocidentais, como Paquistão, Bangladesh, Índia, etc. têm sido os principais contribuintes (ver Meiske e Ruggeri, 2017). Desse modo, o envolvimento é muito atribuído aos ganhos previstos de posição ou *status* derivados desse engajamento.

Outros estudos indicaram que o reconhecimento internacional, além de um objetivo em si, é também “posicional, perceptivo e socialmente determinado” (Kenkel et al., 2019, p. 134, tradução nossa). Assim, para Estados dito emergentes,

sem a capacidade de alcançar o *status* de grande potência, a busca por reconhecimento geralmente envolve aderir a diretrizes aceitáveis e atender às expectativas estabelecidas pelas potências. Desse modo, o envolvimento na manutenção de sistemas coletivos e a demonstração do compromisso com a paz e a segurança internacionais seriam as principais formas de mostrar esse atributo. Assim as OPs seriam meios eficazes para as potências emergentes demonstrarem essa qualidade (Lopes et al., 2016; Kenkel et al., 2019). A próxima subseção trata dessa condição no contexto brasileiro.

O Brasil e as operações de paz

As diretrizes políticas, muitas vezes delineadas pelas potências dominantes, por vezes inibem as capacidades dos países em desenvolvimento de avançar em direção a seus próprios objetivos. Isso se deve à coordenação de instituições internacionais que favorecem os interesses das potências, perpetuando a ordem mundial existente (Martins, 2015; Chang, 2003). Ainda que o centro hegemônico tenha se alterado ao longo do tempo, a periferia permaneceu subordinada. A história brasileira abrange mais de cinco séculos de subordinação ao centro da acumulação capitalista (ver Guimarães, 2001; Vieira, 2018). Neste estudo, procuramos explorar não apenas a condição de periferia do Brasil, como descrito por Wallerstein (2004), mas também a sua posição de

manipulado, relacionando-a à metáfora da marionete. No entanto, é importante ressaltar que essa interpretação não deve ser vista como uma ausência total de agência ou vontade por parte do Brasil, mas sim como uma análise crítica das dinâmicas de poder que influenciam sua atuação internacional.

Ao longo de sua história, o nível de engajamento do Brasil nas OPs variou. Como país emergente, o Brasil buscou expandir sua influência, evitando conflitos com grandes potências e, ao mesmo tempo, fortalecendo suas relações com países em desenvolvimento (Miyamoto, 2008). Embora alguns estudiosos considerem essa participação modesta (Rezende, 2010), o Brasil não se destaca entre os principais contribuintes financeiros ou de tropas (Campos, 2019; Aguilar, 2015).

No Brasil, não há previsão de recursos para essas operações e o emprego das FFAA é decidido caso a caso, pois requer dotação orçamentária extra e específica (Aguilar, 2015). Assim, a participação do Brasil nas OPs está condicionada pela disponibilidade de recursos, o que limita sua capacidade de engajamento (Nasser, 2012; Uziel, 2010). Nesse contexto, estudos anteriores apontam que a diplomacia universalista promovida pelo Brasil, embora ambiciosa em sua abrangência, é limitada pela realidade de seus recursos (Nasser, 2012). Isso resulta em uma “solidariedade seletiva” (Campos, 2019, p. 223), geralmente guiados por afinidades linguísticas e históricas, pautas regionais e interesses específicos (Cezne e Hamann, 2016).

No Brasil, Hamann (2016) identificou quatro fases com base no emprego de pessoal uniformizado às OPs. A primeira, de 1947 a 1966, marcou a incursão inicial do Brasil em OPs tradicionais. A segunda fase, de 1967 a 1989, foi caracterizada pela ausência do envolvimento brasileiro em tais missões devido ao regime militar. A terceira, de 1990 a 1999, significou o retorno do Brasil às OPs, que ocorreu por meio do envio de militares, como observadores ou assessores, e de tropas em Moçambique, Angola e Timor-Leste. Essa reinserção foi acompanhada por um cuidadoso processo de seleção dos países a receber a participação brasileira. A quarta fase, de 2000 a 2015, se destacou como o período mais significativo na história do engajamento do Brasil em OPs (Hamann, 2016).

No diz respeito ao uso da força em OPs, Lopes, Casarões e Gama (2016) identificaram outras três fases. A primeira, até 1999, seria de um engajamento não ativo. A segunda, até 2004, um engajamento “tímido e passivo” (Lopes et al., 2016, p. 158). A terceira, de 2005 a 2017, seria de um engajamento “ativo com maior responsabilidade” (Lopes et al., 2016, p. 158). Alguns autores indicam que a posição do Brasil nas OPs tem se alinhado consistentemente com sua política externa mais ampla (Lopes et al., 2016). Os principais princípios da política externa brasileira, que perduram por mais de um século, abrangeram a preferência pela diplomacia e pelo multilateralismo. Ao perseguir seus objetivos internacionais, o Brasil também priorizou a resolução pacífica de conflitos através

do direito internacional (Hamann, 2016) e defendeu os princípios de soberania e não intervenção, conforme descrito no artigo 4 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Nesse sentido, a participação do Brasil na MINUSTAH representaria um ponto de virada. Isso deve-se ao seu engajamento ativo em uma OP em um país não-lusófono (Alsina Júnior, 2017) e que autorizava o uso da força para proteção de civis e, portanto, regida pelo capítulo VII da Carta da ONU (Lopes et al., 2016).

A MINUSTAH e a política externa brasileira

Conforme demonstrado nas seções anteriores, os motivos que conduzem a participação de um país em uma OP variam. Para Cezne e Hamann (2016), os interesses de projeção internacional e individuais se sobressaem a uma preocupação com a ordem internacional. Considerando que o Brasil se orienta, em grande medida, pela política sua externa, a seguir, abordaremos as políticas externas dos governos Lula, Dilma e Temer associadas às principais medidas tomadas em relação a MINUSTAH.

A Operação

A MINUSTAH não foi a primeira OP estabelecida pela ONU em seu esforço para promover a estabilidade social e política no Haiti, nem seria a final. Quatro outras missões a antecederam¹, mas com um enfoque principal na segurança pública, como combate às gangues (Miyamoto, 2008). A gênese do conflito que levou ao desdobramento da MINUSTAH está nos resultados das eleições de 2000, que viram a ascensão de Jean-Bertrand Aristide ao poder pela segunda vez em um clima de intensa controvérsia.

No período que antecedeu as eleições, a violência política começou a resultar em desordem interna. O exército, dissolvido por Aristide em 1994, fora parcialmente integrado à força policial interina, proposta por ele (Aguilar, 2014). Essa desordem, resultante do período eleitoral, abrangeu assassinatos (e tentativas de), protestos violentos e ataques a comitês eleitorais. Consequentemente, surgiu a percepção de que essa força policial era inadequada para atender às demandas da população. Mesmo com sua vitória nas eleições, o segundo mandato de Aristide enfrentou questões de legitimidade, que pioraram no início de 2004 e culminaram em um colapso social, político e econômico do país. A escalada nos níveis de pobreza somada à pressão intensificada por parte da oposição e dos governos da França e EUA levaram à sua renúncia (ver Bracey,

¹ A Missão das Nações Unidas no Haiti, de 1993 a 1996; a Missão das Nações Unidas para o Auxílio no Haiti, de 1996 a 1997; a Missão das Nações Unidas para a transição no Haiti, em 1997; e a Missão das Nações Unidas de Polícia no Haiti, de 1997 a 2000.

2011). Isso resultou em distúrbios civis e na falência do Estado. Nesse contexto, surgiram grupos armados compostos por ex-soldados, milicianos e membros de gangues que dominavam a área, cometendo crimes que exacerbavam a insegurança. Esse fenômeno se espalhou por bairros pobres e marginalizados da capital e várias regiões do país (Bracey, 2011; Parra, 2019, Gallo, 2022).

O CSNU, então, sancionou respostas ao colapso institucional que se seguiu no Haiti após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004 (Bracey, 2011). No mesmo dia, foi aprovada a Resolução 1529, voltada para a estabilização e envio de uma Força Multinacional Interina (UN, 2004a). Em 30 de abril, a Resolução 1542 formalizou e estabeleceu a MINUSTAH como uma OP naquele país. Dentre os vários objetivos havia: monitorar e reestruturar a polícia nacional haitiana; facilitar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração das milícias armadas; restaurar e defender o estado de direito; e salvaguardar o bem-estar do pessoal da ONU e dos civis locais. Sob as disposições do Capítulo VII, o mandato da OP visava estabilizar áreas propensas à violência dentro e ao redor da capital, bem como proteger os civis de danos físicos iminentes (UN, 2004b).

Durante toda a OP, o Brasil manteve o maior contingente militar, além de todos os comandantes do componente militar (*Force Commander*) terem sido brasileiros (Hamann, 2016). Ademais, a ocorrência do terremoto em 2010

significou uma mudança significativa na OP, que se voltou a assistência humanitária, e uma duplicação na contribuição de tropas por parte do Brasil, com o envio de um segundo batalhão (Campos, 2019).

A MINUSTAH foi encerrada em 2017, pelo entendimento do CSNU de que o mandato já havia sido cumprido. No entanto, foi considerado necessário manter o apoio internacional para evitar qualquer regressão. Assim, a OP foi substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), que começou em outubro de 2017 com o objetivo de reforçar as instituições judiciais e policiais, aprimorar a aplicação da lei local e monitorar o cumprimento das práticas de direitos humanos (UN, 2017).

Dessa forma, a MINUSTAH transcorreu ao longo dos dois mandatos do governo Lula e dos dois mandatos do governo Dilma, sendo este último interrompido por um processo de *impeachment*, com o governo Temer o sucedendo. Este período de transição política e as nuances associadas à presença da OP no cenário brasileiro evidenciam as relações entre política externa brasileira e a MINUSTAH, elementos que serão explorados na próxima seção.

O governo Lula (2003-2010)

Nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva a dimensão multilateral do governo anterior não sofreu alterações substanciais mas foi sob sua administração de que a ambição de afirmar uma nova estatura política e reconhecimento internacional se tornou proeminente (Cavalcante, 2007). Ou seja, a busca por *status* internacional tornou-se uma característica marcante de seu governo (Lopes et al., 2016).

Para Kenkel (2011), no governo Lula, o Brasil adotou um posicionamento de potência emergente e ator internacional em detrimento de uma condição periférica, defensora da soberania absoluta sob amparo do direito internacional e de organizações multilaterais. Assim, uma participação mais ativa seria uma maneira de lidar com as assimetrias do sistema internacional (Aguilar, 2015). Segundo Pecequilo (2008), o Brasil reavaliou seu papel como potência média e emergente, e fortaleceu os “eixos combinados de cooperação”. O eixo horizontal se concentrou em parcerias com países emergentes e relações Sul-Sul, enquanto o eixo vertical enfatizou os intercâmbios tradicionais com as grandes potências. Percebeu-se uma “[...] mudança tática do ‘bom comportamento’ para a ‘barganha de’ alto nível” (Pecequilo, 2008, p. 145).

Isso pode ser ilustrado durante as negociações do mandato da MINUSTAH, com a disputa de diferentes perspectivas. Em termos da estrutura do mandato, os EUA, o Reino Unido e a França preferiram um semelhante ao da

década de 1990, com uma presença de curto prazo e focada em medidas de segurança pública. Por outro lado, países latino-americanos defenderam uma abordagem que priorizasse as causas profundas da instabilidade no Haiti, em que a segurança seria apenas um aspecto do problema, o que exigia um compromisso de longo prazo. Assim, um dos principais aspectos da atuação política em torno da MINUSTAH foi o estabelecimento de “grupos de amigos” projetados para influenciar aspectos decisórios sobre a OP. O Brasil, que exercia mandato como membro eletivo no CSNU (2004-2005), reconheceu que havia surgido uma oportunidade. O grupo de amigos do Haiti, composto pelos EUA, França, Canadá, Brasil, Argentina e Chile inicialmente, exerceu influência significativa, e permitiu a expressão das preferências políticas da região. Para o Brasil, esse mecanismo proporcionou a oportunidade de reforçar suas prioridades e apoiar uma presença da ONU no Haiti a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento. Além de seu trabalho no CSNU, a coordenação com os países latino-americanos envolvidos na MINUSTAH se estendeu a reuniões regulares de seus ministérios das Relações Exteriores e da Defesa (da Fontoura e Uziel, 2017).

Ademais, os EUA pretendiam incluir uma referência ao Capítulo VII no último parágrafo preambular do texto. Essa referência indicaria a predominância de questões de segurança na OP e autorizaria o uso da força, se necessário. O

Brasil, no entanto, defendeu limitar essa referência à parte do mandato relacionada à restauração da ordem, intitulada “Ambiente Seguro e Estável”. Embora o mandato inicial da MINUSTAH incluísse solicitações brasileiras limitadas em questões de apoio ao desenvolvimento, esse aspecto ganhou destaque ao longo dos anos e se tornou parte integrante do mandato da OP (Lopes et al., 2016; Kenkel, 2013).

A partir de 2004, portanto, o Brasil passou por uma mudança em sua postura internacional, do não-intervencionismo inflexível para uma política externa guiada pelo princípio da não-indiferença, termo emprestado da União Africana e aplicado pelo Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Esse conceito serviu para legitimar e explicar a participação brasileira nas OPs e em outras formas de ajuda humanitária (Nasser, 2012). Uma vez que permitia um certo nível de coerção e interpretava a reconciliação e o desenvolvimento em seus próprios termos. Isso posicionou o Brasil como um líder regional com influência global, priorizando a solidariedade e a responsabilidade, e enfatizando a dimensão desenvolvimentista das crises humanitárias (Lopes et al., 2016).

A decisão do Brasil de enviar *Forces Commanders* para comandar o componente militar da MINUSTAH representou outro momento significativo em sua política externa. A postura não-intervencionista do Brasil em regiões de interesse estratégico para outros Estados poderosos pode explicar seu

envolvimento no Haiti, onde sua liderança foi bem recebida pelos EUA, permitindo que o Brasil assumisse um papel global mais proeminente, alinhado com os objetivos de política externa do Presidente Lula durante um período de crescimento econômico substancial (Okado, 2017). Tal liderança também indicou a aspiração do Brasil à hegemonia regional e facilitou uma coordenação mais estreita entre os países sul-americanos (Bracey, 2011). Assim, a participação no processo de paz no Haiti pode ser caracterizada pela “diplomacia solidária”, impulsionada por considerações morais e políticas em vez de interesses nacionais (Aguilar, 2014). Desse modo, os comandantes da OP, todos brasileiros, demonstraram uma posição mais afirmativa e buscaram propagar esse compromisso do Brasil com a justiça social (Aguilar, 2015). Essa decisão também demonstrou seu compromisso com a “autonomia pela diversificação”, por conta da intervenção em questões que não estavam diretamente relacionadas aos seus interesses imediatos, mas eram de importância internacional. Essa decisão foi impulsionada pelo objetivo de reforçar o interesse do Brasil por um assento permanente no CSNU e o necessário reconhecimento internacional para uma nação de poder moderado (Vigevani e Cepaluni, 2007).

Em 2005, a MINUSTAH alcançou certo grau de estabilidade em termos de segurança no Haiti. Isso foi seguido pela aprovação do conceito de “responsabilidade de proteger” (R2P) na Cúpula Mundial, que incluía uma

autorização controversa para o uso excepcional da força para proteger civis (Lopes et al., 2016). Em 2009, o Brasil liderou expressões de preocupação com agendas ocultas em operações multilaterais sob o manto do conceito. Indagações brasileiras iniciaram uma discussão sobre o uso indevido da R2P, a necessidade de garantir a responsabilidade dos autorizados a usar a força e o sucesso de um empreendedorismo regulatório/normativo brasileiro. No entanto, isso pouco influenciou no processo de tomada de decisão no CSNU, o que destacou o desafio de implementar novas ideias que desafiem os conceitos e interesses das grandes potências (Serbin e Pont, 2015; Lopes et al., 2016).

Em 2010, um terremoto atingiu o Haiti, deixando 220 mil vítimas, dos quais 21 eram brasileiros (Sardenberg, 2017). O presidente Lula, em um discurso em *Port-au-Prince*, capital do Haiti, afirmou que “para enfrentar esse novo desafio, a Minustah vai crescer. Estamos dobrando o seu contingente” (Silva, 2010, p. 3) e autorizou o envio de mais um batalhão para a OP. O governo priorizou a ajuda ao Haiti e buscou se envolver ativamente no processo de paz pós-terremoto, mostrando uma capacidade de responder de forma rápida e eficaz às crises internacionais e reforçando seu papel como *global player* na diplomacia (Aguilar, 2014). Além disso, com um novo mandato como membro eletivo do CSNU, de 2010 a 2011, propôs direcionar o escopo da OP para a

assistência humanitária com enfoque na “reconstrução”, combinando medidas de segurança e atividades estruturais (Campos, 2019).

É importante notar que, durante os oito anos do governo Lula, houve um ressurgimento do engajamento internacional e humanitário, impulsionado pelo desejo de influência estratégica, econômica e política. A participação na MINUSTAH foi considerada como “um dos pontos de maior altivez e destaque da agenda externa brasileira” (Uebel e Ranincheski, 2017, p. 85).

O governo Dilma (2011 a 2016)

Após o terremoto e a perda de brasileiros, uma discussão sobre a necessidade do envolvimento contínuo do Brasil na OP surgiu. Declarações controversas feitas por George Samuel Antoine, cônsul brasileiro em *Port-au-Prince*, logo após a calamidade, pareciam se alinhar com a perspectiva de vários observadores brasileiros: o Haiti estava destinado ao fracasso e a intervenção contínua lá não rendeu nenhuma vantagem (Bracey, 2011). Além disso, é crucial reconhecer que a ocorrência do terremoto significou uma mudança significativa na percepção da população haitiana e nos esforços bilaterais de cooperação internacional em relação à MINUSTAH. Após o terremoto, as perspectivas se tornaram mais críticas em relação à eficácia da OP, que começou a ser

considerada inadequada para abordar questões locais. Consequentemente, as discussões sobre a retirada das tropas se tornaram mais frequentes. No entanto, no início de 2011, a presidente Dilma Rousseff reiterou o compromisso do Brasil com a MINUSTAH. A busca por prestígio, portanto, continuou sendo incentivo para a continuidade das medidas políticas em relação à OP, à ONU e ao sistema internacional (Bracey, 2011).

Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, de 2003 a 2014, permaneceram alinhados, tanto na retórica quanto na ação, com relação à demanda por um assento permanente no CSNU e participação em OPs (Pimentel e Reis, 2016). Patriota (2023), ministro das Relações Exteriores durante o governo Dilma, afirmou que a presença brasileira nessas operações manifestava a disposição de cumprir responsabilidades internacionais, a dedicação do país ao multilateralismo e atestava a solidariedade com os afetados por conflitos armados. O país operava, portanto, com pragmatismo político, em sua busca de projetar influência globalmente, e com um elemento moral, em relação ao compromisso humanitário (Campos, 2019). Para Nasser (2012), o exercício da solidariedade também abrangia o interesse nacional de longo prazo, pois levaria à influência internacional. Ainda sob a “diplomacia solidária”, “mais que coexistir, a projeção de poder e a solidariedade amalgamaram-se na maneira como o Brasil escolheu se inserir no mundo” (Nasser, 2012, p. 226).

Em 2011, o Brasil realizou esforços diplomáticos para promover o conceito de “Responsabilidade ao Proteger” (*Responsibility While Protecting* – RwP), como uma alternativa ao conceito de R2P (Hamann, 2016). Essa contribuição normativa surgiu do esforço tímido do Brasil de estabelecer uma posição mais substancial no campo da construção da paz internacional. Foi apresentado um conjunto de princípios que visam orientar a comunidade internacional na implementação da R2P. Pediu-se por procedimentos reforçados do CSNU para garantir a responsabilidade e a proteção, monitorando e avaliando a interpretação e execução das resoluções (UN, 2011). Para Blanco (2017), o conceito de RwP estava profundamente entrelaçado com a preocupação mais ampla em torno do uso da força e não questionava de fato a estrutura do sistema. Devido ao desafio às ideias e interesses de certas grandes potências, o RwP foi rotulado por eles como uma “tática de deterioração” (Singh, 2020, p. 310, tradução nossa) e um “obstáculo processual” (Welsh et al., 2013, p. 6, tradução nossa), e alguns representantes dos Estados da OTAN até o rejeitaram (Welsh et al., 2013). No entanto, a escalada das tensões políticas, institucionais e coletivas no âmbito nacional diminuíram consideravelmente a atuação brasileira em fóruns internacionais e em grupos de trabalho regionais, o que abreviou as discussões sobre o conceito (Uebel e Ranincheski, 2017). Soma-se a isso, a saída do Brasil do CSNU diminuiu seu

compromisso diplomático sobre o RwP, o que levou ao subsequente desaparecimento da sua importância (Kotyashko et al., 2018).

O processo de *impeachment* da Presidente, iniciado em 2015, e suas complexidades institucionais tiveram um impacto direto na política externa brasileira na época, provocando uma ruptura na agenda econômica e política que era crucial para o posicionamento estratégico do Brasil. Para Uebel e Ranincheski (2017), essa interrupção pode ser atribuída a quatro fatores principais: a suspensão do governo Dilma devido a protestos e manifestações frequentes; a preocupação do governo com a reeleição durante a campanha de 2014; o próprio processo de impeachment; e as restrições orçamentárias que resultaram na redução do apoio financeiro.

Desse modo, basear sua política externa apenas em esforços militares, como na MINUSTAH, mostrou-se inadequado para a integração e consolidação internacional do Brasil. Isso ficou claro no declínio e deterioração durante o governo Dilma Rousseff (Pimentel e Reis, 2016), que observou uma desordem institucional e um retrocesso na política externa brasileira a partir de 2015 (Uebel e Ranincheski, 2017). Sendo assim, ainda que fosse possível notar um fluxo contínuo de projetos de cooperação para o desenvolvimento para o Haiti no primeiro mandato de Dilma, após esse período, houve um declínio notável nos esforços de cooperação do Brasil com aquele país, alinhado com a diminuição

geral nos esforços cooperativos do país. Embora a Cooperação Sul-Sul durante o segundo mandato de Dilma não tenha sido tão ativa quanto em seu primeiro mandato, principalmente, em comparação com as duas administrações do ex-presidente Lula, o país realmente se afastaria da cooperação internacional com o governo de Michel Temer (Bueno e Maciel, 2016).

O governo Temer (2016 a 2018)

Depois que Michel Temer assumiu o cargo de Presidente da República, no final de agosto de 2016, devido ao *impeachment* de Dilma Rousseff, o foco da análise política e das políticas públicas do seu governo iria se concentrar no programa de “uma ponte para o futuro” (Uebel e Ranincheski, 2017).

Em termos de política externa, o governo afirmou que pretendia torná-la menos ideológica e priorizar a diplomacia comercial, particularmente com parceiros tradicionais, como EUA, Europa e Japão. Assim, o engajamento do Brasil no eixo Sul-Sul diminuiu enquanto esforços foram direcionados para manter relações com países que contribuíam significativamente para suas receitas cambiais, principalmente a China. Ou seja, o objetivo de promover os interesses dos países em desenvolvimento na governança global foi substituído por considerações econômicas e financeiras. Ao que se percebe, a menção do

presidente Temer a uma política externa “verdadeiramente universalista” se referia, principalmente, ao interesse no aumento dos fluxos comerciais e de investimento (Farias e Alves, 2020). O então ministro de Relações Exteriores, José Serra, criticou a Cooperação Sul-Sul do Brasil, sugerindo que ela gerava benefícios econômicos limitados e exigiu investimentos diplomáticos substanciais (Bueno e Maciel, 2016). Serra também sugeriu evitar ações que gerassem baixos ganhos econômicos com altos custos materiais e diplomáticos, embora não mencionasse as OPs explicitamente (Cezne e Hamann, 2016). Ainda assim, o Presidente manteve a tropas brasileiras na MINUSTAH.

Em 2016, outra catástrofe natural afetou o Haiti. Como as iniciativas brasileiras de Cooperação Sul-Sul se mostraram comparativamente menores do que as de 2010, o Brasil não mobilizou tropas e recursos adicionais em resposta ao Furacão Matthew. Por outro lado, Venezuela, EUA e Cuba, por outro lado, o fizeram prontamente. O suporte brasileiro a essa nova crise veio depois. O país doou 250.000 dólares para o Programa Mundial de Alimentos para assistência nas regiões afetadas e utilizou aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para transportar barracas e doações coletadas pela Rede Solidária do Haiti (Bueno e Maciel, 2016).

Na mesma época, as aspirações da comunidade internacional de reestruturar os esforços da ONU incluíam o encerramento da MINUSTAH. Os

países latino-americanos, sobretudo o Brasil, não pareciam compartilhar o mesmo nível de compromisso em enfrentar a crise política e humanitária que afligia o Haiti, que foi gravitando em direção a um estado de marginalização dentro de sua própria região (Bueno e Maciel, 2016). O CSNU também perdeu o ‘apetite’ em manter a OP no Haiti.

Assim, a MINUSTAH foi encerrada em 2017 pela Resolução 2350 (UN, 2017). Diferentemente de outras decisões referentes àquela OP, o Brasil não compunha o CSNU como membro eletivo, posto que só retomou em 2022. Com a alteração da OP no Haiti, as autoridades brasileiras chegaram a contemplar cenários potenciais para sustentar os níveis de presença em outras OPs. Embora o convite feito pela ONU para contribuir com a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) tivesse sido recebido com entusiasmo pelos militares, ele foi recusado pelo Brasil. Com isso, a posição de 19^o contribuinte para as OPs, em fevereiro de 2010, passou para 49^o em agosto de 2018, indicando que o Brasil não estava inclinado a assumir esse tipo de responsabilidade no governo Temer (Lopes et al., 2016).

Dessa forma, apresentamos um resumo das principais características das políticas externas dos presidentes Lula, Dilma e Temer. Na tabela a seguir (Tabela

1), destacamos posturas e ações brasileiras em relação ao cenário internacional e às diferentes fases e eventos significativos da MINUSTAH.

Tabela 1 – Dinâmicas de política externa em relação à MINUSTAH

Governos	Lula (2003-2010)	Dilma (2011-2016)	Temer (2016-2018)
Política Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil como potência emergente • Diplomacia Solidária • Não-indiferença • Autonomia pela diversificação • Eixos Combinados de atuação 	<ul style="list-style-type: none"> • Diplomacia solidária • Prosseguimento e estagnação • Pragmatismo • Declínio da cooperação Sul-Sul 	<ul style="list-style-type: none"> • Diplomacia Econômica • Priorização de Relações Bilaterais com grandes potências • Forte desengajamento das Relações Sul-Sul
Condição da missão	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do mandato e Implementação da MINUSTAH (2004) • Estabilização moderada da MINUSTAH (2005) • Terremoto (2010) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução pós-terremoto • Enfoque na assistência humanitária • Crise de credibilidade da missão 	<ul style="list-style-type: none"> • Furacão Matthew • Encerramento da MINUSTAH • Transição para a MINUJUSTH
Posturas e medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de medidas de desenvolvimento para o Haiti no mandato da OP • Assume a liderança da MINUSTAH • Lidera coordenação regional para participação na operação • Período de maior altivez da política externa • Vocalizador das inquietações sobre o termo R2P • Rápida e substancial resposta ao terremoto e aumento do contingente brasileiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção tímida nas discussões normativas sobre paz e segurança. • Tentativa de contribuição normativa nos debates de paz e segurança internacionais • Apresentação do conceito RWP • Enfraquecimento da projeção internacional do Brasil • Instabilidades e polarização política interna • Declínio no engajamento pós-2015 em razão do processo de <i>impeachment</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento posterior de suporte ao Haiti pós-furacão • Prestação de assistência humanitária isolada. • Redução gradual do contingente militar brasileiro • Recusa no convite de engajamento em uma nova missão, a MINUSCA

	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação das diretrizes da missão para ajuda humanitária		
--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Conclusão

O artigo visou compreender as OPs como ferramentas de política externa, particularmente através do estudo da participação do Brasil na MINUSTAH durante os governos Lula, Dilma e Temer. Entendemos a OP no Haiti como um ponto de virada e uma excepcionalidade na trajetória da política externa brasileira.

A dinâmica da política externa em relação à MINUSTAH levantou reflexões associadas ao protagonismo de uma marionete. Para o Brasil, a participação ativa na MINUSTAH não apenas representou um engajamento expressivo em uma operação de paz da ONU, mas também se tornou um instrumento estratégico na formulação e projeção da política externa. Contudo, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, diferentes nuances foram observadas na abordagem da política externa brasileira em relação ao Haiti e à MINUSTAH.

Durante o governo Lula (2003-2010), o Brasil assumiu um papel de liderança na MINUSTAH, contribuindo significativamente com tropas e recursos

para a estabilização do país caribenho. Essa participação destacou o compromisso brasileiro com a chamada ‘diplomacia solidária’ e com a noção de autonomia pela diversificação, solidificando a visão do Brasil como uma potência emergente e que buscava ser ativa em assuntos globais. Já no período de Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma continuidade em certos aspectos da política externa brasileira, como a postura diplomática, o multilateralismo e a defesa da reforma do CSNU. Entretanto, observou-se uma presença mais tímida nas discussões sobre paz e segurança internacionais. Apesar da manutenção das tropas no Haiti e a tentativa de apresentar um conceito alternativo (o RwP) nesse campo, houve o enfraquecimento da projeção internacional buscada pelo governo anterior.

Com Michel Temer (2016-2018), a política externa brasileira passou por uma mudança. Houve uma maior inclinação para a diplomacia econômica e a priorização de relações bilaterais com grandes potências, resultando em um desengajamento progressivo das relações Sul-Sul. Essa mudança de foco também se refletiu na postura em relação às OPs, quando após o encerramento da MINUSTAH, o governo declinou enviar tropas à República Centro-Africana.

Isso porque o protagonismo foi uma exceção e não a regra. A busca por projeção internacional, alimentada pela ilusão de conquistas de alcance improvável, provou-se uma ambição insustentável. As mobilizações e

movimentos de liderança foram acompanhadas de uma barganha enfraquecida. A excepcionalidade da liderança de uma OP pelo Brasil, operou dentro das rédeas costumeiras daqueles que detém o poder no sistema internacional. Isso porque mesmo com um investimento considerável no engajamento das FFAA na OP, percebeu-se que esse esforço não atribuiu ao Brasil forças substanciais no cenário internacional. O país se mostrou incapaz de agregar contribuições relevantes aos debates de segurança e, portanto, modificar substancialmente a estrutura do sistema nesse campo.

O protagonismo da marionete, portanto, figurou-se numa ilusória autonomia que se revelou mediada dentro dos limites regulados pelas potências e seus interesses. A participação destaque do Brasil só foi viabilizada pelo consentimento daqueles que possuíam interesses para que ele o fizesse. Isso ficou claro desde seu envolvimento na OP, em que não houve conflito de interesses e de seu comando assumido sob apoio dos EUA. No entanto, quando as intervenções transpassaram os limites do teatro de operações e avançaram em direção aos debates teóricos, sobre os conceitos de R2P e RwP, a cruzeta e os fio de comando desvelaram-se. A capacidade participativa do Brasil mostrou-se limitada às questões que não interferissem nas estruturas que sustentam os palcos daqueles que dirigem o cenário.

Assim, metaforicamente, no caso da MINUSTAH, as vítimas (os haitianos) viviam a tragédia, a marionete (o Brasil) acreditava (e acredita) ter protagonizado uma epopeia, os titereiros (as potências) manipularam e assistiram à comédia. No entanto, frente a situação que o Haiti vive hoje, o que descrevemos mostrou-se, na realidade, uma farsa.

Referências

Aguilar, S. (2014) *Gerenciamento de Crises: o terremoto no Haiti*. São Paulo: Porto de Ideias. [Online]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347902377> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Aguilar, S. L. C. (2015) 'A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro', *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*, 3(2). [Online]. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231> [Acessado em 16 Dezembro 2022].

Alsina Júnior, J. P. S. (2017) 'Grand strategy e peace operations: The Brazilian case', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 60(2). [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/r5jFtpwzMYKz3dy7Fgyh6ZR/?lang=en> [Acessado em 16 Dezembro 2022].

Blanco, R. (2017) 'The Brazilian engagement with peace operations: A critical analysis', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 60(2). [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mnB873LMr3jpJ6bN8MzMmdL/?format=pdf&lang=en> [Acessado em 2 Janeiro 2024].

Bracey, D. (2011) 'O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti', *Contexto Internacional*, 33(2), pp. 315–331. [Online].

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/k6YfCdghfSZTvYk4jVpsKFgp/?lang=pt> [Acessado em 9 Dezembro 2023].

Bueno, D. & Maciel, T. M. (2016) 'O porvir da cooperação brasileira com o Haiti', *Carta Capital*, 1 Dezembro. [Online]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/o-porvir-da-cooperacao-brasileira-com-o-haiti/> [Acessado em 17 Dezembro 2023].

Campos, L. M. C. L. (2019) 'A participação brasileira nas missões de manutenção da paz da ONU e os posicionamentos do novo governo', *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, 10(3), pp. 218–236. [Online]. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1570/1363> [Acessado em 22 Dezembro 2023].

Cavalcante, F. (2007) 'A agenda de segurança do governo Lula e a participação brasileira na Minustah', *Fronteira*, 6(12), pp. 7–32. [Online]. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3889> [Acessado em 7 Dezembro 2023].

Cezne, E. & Hamann, E. (2016) 'Brazilian Peacekeeping: Challenges e Potentials in Turbulent Landscapes at Home e Internationally', *PRIO Policy Brief*, (22). [Online]. Disponível em: <https://www.prio.org/publications/9220> [Acessado em 17 Novembro 2023].

Chang, H.-J. (2003) *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp.

Farias, H. C. & Alves, L. P. (2020) 'O declínio da influência internacional do Brasil: de um país emergente para um Estado voltado para dentro', *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 9(17), pp. 15–40. [Online]. Disponível em: <https://www.labmundo.org/wp-content/uploads/2021/05/Artigo-2020-Helio-Caetano-Farias-Leonardo-Pace-Alves-BJSIR.pdf> [Acessado em 4 Dezembro 2023].

da Fontoura, P. R. C. T. & Uziel, E. (2017) 'A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas', em E. P. Hamann & C. A. R. Teixeira (eds.) *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé. pp. 9–15. [Online]. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/> [Acessado em 23 Dezembro 2023].

Gallo, R. F. (2022) 'Política externa brasileira e transferência internacional de políticas públicas: a Minustah como janela de oportunidade para a cooperação brasileira no Haiti (2004-2017)', *Cadernos PROLAM/USP*, 21(44), pp. 48–77. [Online]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/201058> [Acessado em 6 Dezembro 2023].

Gomes, M. S. (2016) 'Analysing interventionism beyond conventional foreign policy rationales: the engagement of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)', *Cambridge Review of International Affairs*, 29(3), pp. 852–869. [Online]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2016.1230587> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Guimarães, S. P. (2001) *Quinhentos anos de periferia*. 3rd edn. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto.

Hamann, E. P. (2016) 'O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?', *Cadernos Adenauer*, 17(4), pp. 95–110. [Online]. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/21350-1442-5-30.pdf> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Kenkel, K. M. (2011) 'Interesses e identidade na participação do Brasil em operações de paz', *Revista Tempo do Mundo*, 3(2), pp. 9–35. [Online]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/97> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Kenkel, K. M. (2013) 'Five generations of peace operations: from the 'thin blue line' to 'painting a country blue'', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56(1), pp. 122–143. [Online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100007&lng=en&tlng=en [Acessado em 6 Setembro 2024].

Kenkel, K. M. et al. (2019) 'Peace Operations, Intervention e Brazilian Foreign Policy: Key Issues e Debates', in Esteves, P. et al. (eds.) *Status and the Rise of Brazil: Global Ambitions, Humanitarian Engagement and International Challenges*. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 133–151.

Kotayashko, A. et al. (2018) 'Normative resistance to responsibility to protect in times of emerging multipolarity: The cases of Brazil and Russia', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61(1) [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HjCPCrJ9KJ> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Lopes, D. B. et al. (2016) 'Uma Tragédia de Potência Média: Armadilhas e Contradições na Busca Brasileira por Revisionismo Institucional', in Passos, R.D.F. & Fuccille, A. (eds.) *Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional*. Marília: Cultura Acadêmica, pp. 115–147 [Online]. Disponível em: <https://www.academia.edu/29536635> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Martins, J. R. (2015) 'Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?', *Iberoamérica Social*, pp. 95–108 [Online]. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Meiske, M. & Ruggeri, A. (2017) 'Peacekeeping as a Tool of Foreign Policy', in *Oxford Research Encyclopedia of Politics* [Online]. Oxford University Press. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/display/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Miyamoto, S. (2008) 'A Política Externa Brasileira e as Operações de Paz', *Revista Brasileira De Estudos Políticos*, 98, pp. 361–394 [Online]. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/79> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Nasser, F. (2012) 'Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da ONU', in Kenkel, K.M. & Moraes, R.F. (eds.) *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília: Ipea, pp. 213–241.

Okado, G. H. C. (2017) 'A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e a MINUSTAH: entre a Resistência Inicial e a Abdicação', in Hamann, E.P. & Teixeira, A.R. (eds.) *Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, Lições e Práticas Relevantes para Futuras Missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, pp. 92–99 [Online]. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Parra, M. dos S. (2019) 'Minustah's Legitimacy and the "Security-first" Approach: Reassessing Statebuilding and its Violent Features in the Case of Haiti', *Journal of Intervention and Statebuilding*, 13(4), pp. 480–502 [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17502977.2018.1558801> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Patriota, A. de A. (2023) 'Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global', *CEBRI Revista*, 2(6) [Online]. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/89> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Pecequilo, C. S. (2008) 'A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical', *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 136–153 [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/JzDTpX6cTKThqB3HRScTVKv/abstract/?lang=pt> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Pimentel, P. C. & Reis, R. P. (2016) 'A inserção e a consolidação do Brasil no sistema internacional por meio da Minustah', *Conjuntura Global*, 5(3), pp. 599–621 [Online]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313492011> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Rezende, L. P. (2010) *O engajamento do Brasil nas operações de Paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira.* Curitiba: Appris [Online]. Disponível em: <https://www.academia.edu/8591059> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Sardenberg, R. M. (2017) 'Prefácio', in Hamann, E.P. & Teixeira, C.A.R. (eds.) *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.* Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, pp. 3–4 [Online]. Disponível em: <https://igarape.org.br/brasil-na-minustah-2004-2017/> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Serbin, A. & Pont, A. S. (2015) 'Brazil's Responsibility while Protecting: a failed attempt of Global South norm innovation?', *Pensamiento Propio*, pp. 171–192 [Online]. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/09/011a-serbin-serbin-pont.pdf> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Silva, L. I. L. (2010) *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de formatura das tropas brasileiras da Missão da ONU (Minustah).* [Online]. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-durante-cerimonia-de-formatura-das-tropas-brasileiras-da-missao-da-onu-minustah-porto-principe-haiti-25-02-2010> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Singh, A. (2020) 'Indian Perspectives on the "Responsibility to Protect"', *International Studies*, 57(3), pp. 296–316 [Online]. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0020881720930605> [Acessado em: 6 setembro 2024].

Uebel, R. R. G. & Ranincheski, S. (2017) 'Pontes ou muros? As diferentes ações dos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em relação às migrações internacionais para o território brasileiro', *Oikos*, 16(2), pp. 79–100 [Online]. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51975> [Acessado em: 6 setembro 2024].

UN (2004a) *S/RES/1529* [Online]. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/254/10/PDF/N0425410.pdf?OpenElement> [Acessado em: 6 setembro 2024].

UN (2004b) *S/RES/1542* [Online]. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532#record-files-collapse-header> [Acessado em: 6 setembro 2024].

UN (2011) *A/66/551-S/2011/701* [Online]. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/POC%20S2011%20701.pdf> [Acessado em: 6 setembro 2024].

UN (2017) *S/RES/2350* [Online]. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2350\(2017\)](https://undocs.org/S/RES/2350(2017)) [Acessado em: 6 setembro 2024].

Uziel, P. E. (2010) 'Brasil, Conselho de Segurança e operações de manutenção da paz da ONU', *Revista Política Externa*, 19(1), pp. 63–77. [Online]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301480578> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Vieira, R. D. L. (2018) 'Uma análise da história do Brasil pela economia política dos sistemas-mundo', *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 15(2). [Online]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5142/514253832001/html/> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Vigevani, T. and Cepaluni, G. (2007) 'A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação', *Contexto Internacional*, 29(2), pp. 273–335. [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/> [Acessado em 6 Setembro 2024].

Wallerstein, I. (2004) *World-systems analysis: an introduction*. 4th edn. Durham: Duke University Press.

Welsh, J. et al. (2013) 'Brazil's "Responsibility While Protecting" Proposal: A Canadian Perspective', *ICRtoP*. [Online]. Disponível em: <https://ccr2p.org/s/Brazils-Responsibility-While-Protecting-Proposal-A-CanadianPerspective.docx> [Acessado em 6 Setembro 2024].